



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

PROCESSO Nº. 36.294/13

PARECER Nº. 478/2015-DA

EMENTA: Representação formulada pela empresa TRANSDATA Indústria e Serviço de Automação Ltda. em face de contrato celebrado com a DFTRANS. Pedido de Reconsideração. Ausência de intimação de advogado constituído. Tempestividade. Pelo conhecimento.

Cuidam os autos da Representação de fls. 02/13, formulada pela empresa Transdata Indústria e Serviço de Automação Ltda. acerca de supostas irregularidades que estariam sendo praticadas pela Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS no que concerne ao pagamento dos valores relativos ao contrato emergencial celebrado entre a referida Autarquia e a empresa representante

2. O Tribunal, pela Decisão nº 6331/14, assim decidiu:

I – tomar conhecimento: a) do Ofício nº 327/2014-GAB/DFTRANS e anexos, fls. 185/229; b) dos demais documentos juntados aos autos, fls. 230/245; c) da Informação nº 100/2014, fls. 246/257; d) do expediente juntado às fls. 263/270; II – considerar improcedente a representação formulada pela empresa TRANSDATA INDÚSTRIA E SERVIÇO DE AUTOMAÇÃO LTDA. fls. 2/13; III – determinar à Transporte Urbano do Distrito Federal – DFTRANS que, no prazo de 30 (trinta) dias, encaminhe ao Tribunal esclarecimentos circunstanciados acerca da maneira pela qual estão sendo prestados os serviços de fornecimento de licenças de software e serviços de manutenção e parametrização do sistema informatizado de geração, distribuição e arrecadação automática de créditos e assessoria técnica, acompanhados dos documentos probantes, tendo em vista o encerramento, em 31.03.2013, do contrato emergencial firmado com a empresa TRANSDATA INDÚSTRIA E SERVIÇOS DE AUTOMAÇÃO LTDA.; IV – autorizar: a) o encaminhamento de cópia das Informações nºs 100/2014, fls. 246/257, e 166/2014, fls. 278/281, do relatório/voto do Relator e desta decisão à Jurisdicionada, para subsidiar o atendimento da diligência; b) dar conhecimento desta decisão à representante, informando-a que as futuras tramitações do processo em exame poderão ser acompanhadas mediante consulta ao endereço eletrônico desta Corte (www.tc.df.gov.br); c) a devolução dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para as providências cabíveis.

3. Em razão disso, em 14/05/2015, foi interposto Pedido de Reconsideração pela empresa TRANSDATA contra os termos da aludida decisão.

4. Alegou, para comprovar tempestividade da peça, que o escritório de advocacia constituído pela empresa Transdata não havia sido comunicado da decisão recorrida.

5. Pela Informação nº 70/2015, a Unidade Técnica destacou, de início, que a empresa tomou conhecimento da deliberação em 14/01/2015, entretanto, somente em 14/05/2015, protocolou, mediante seus advogados, o referido recurso.

6. Sustentou, ainda, que recorrente se utilizou de espécie inadequada de recurso (Pedido de Reconsideração). No entanto, asseverou que tal fato não impedira o conhecimento pela Corte, com fulcro no princípio da fungibilidade, como Pedido de Reexame.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

7. Entendeu que o suposto vício de invalidade pela ausência de encaminhamento de expediente comunicando a decisão ao escritório dos patronos não se aplica ao caso, dada a natureza do processo de controle externo, no qual o representante não detém automaticamente a condição de parte interessada nos autos, exceto quando o Tribunal o declare ou quando a deliberação plenária provoque a respectiva sucumbência. Como exemplo, citou o Acórdão nº 9239-38/2011/TCU
8. Assim, sugeriu ao Plenário não conhecer do pedido de reexame, nos termos do art. 47 da Lei Complementar nº 01/1994 c/c o art. 189 do RI/TCDF, em face de sua intempestividade.
9. Via Despacho Singular nº 168/15 – GCIM, os autos vieram ao Ministério Público para manifestação acerca da admissibilidade do recurso.
10. Ao que parece, o Acórdão nº 9239-38/2011 – TCU, mencionado pela Unidade Técnica para justificar a inexistência de vício decorrente da não intimação dos patronos da empresa representante, não se amolda ao caso em tela. Naqueles autos, foi questionado o interesse de agir da parte recorrente, que sequer havia sido admitida nos autos como parte interessada. Na espécie, contudo, cuida-se de recurso interposto por procurador devidamente habilitado de empresa que figurou como parte nos presentes autos.
11. Nesse cenário, verifica-se, à fl. 181, a existência de procuração habilitando a advogada Melanie Costa Peixoto, OAB/DF 14.58,5 a representar os interesses da empresa TRANSDATA.
12. De acordo com o artigo 38 do Código de Processo Civil (CPC), a procuração geral para o foro confere ao advogado amplos poderes para todos os atos no processo para o qual ele foi contratado.
13. De outro lado, o art. 236 do Código de Processo Civil, que deve ser aplicado subsidiariamente no âmbito do TCDF, é claro ao dispor que:

"Art. 236. No Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios, consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial.

§ 1º É indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação."

14. Por seu turno, a LC 01/94 assim dispõe sobre o tema:
- Art. 31. Os prazos referidos nesta Lei Complementar contam-se da data:*
- I – do recebimento pelo responsável ou interessado:*
- a) da citação ou da comunicação de audiência;*
 - b) da comunicação de rejeição dos fundamentos da defesa ou das razões de justificativa;*
 - c) da comunicação de diligência;*
 - d) da notificação;*
- II – da publicação de edital no Diário Oficial, quando, nos casos indicados no inciso anterior, o responsável ou interessado não for localizado;*
- III – nos demais casos, salvo disposição legal expressa em contrário, da publicação da decisão ou do acórdão no Diário Oficial*



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TERCEIRA PROCURADORIA

15. Quanto ao conhecimento às partes do ato que julgou o processo (sentença ou acórdão), no processo civil, por exemplo, a intimação das partes pode ocorrer em audiência ou por publicação nos órgãos oficiais. Já no âmbito do Tribunal, embora ocorra a publicação dos acórdãos no DODF, a comunicação dos julgamentos dos processos é realizada, em regra, de forma pessoal às partes.

16. Embora a norma interna do Tribunal silencie quanto à comunicação dos procuradores, vale registrar, para fins hermenêuticos, que o art. 40 da Resolução TCU 164/2003, normativo que dispõe sobre a formalização das deliberações, atos e documentos expedidos pelo TCU, dispõe que, quando a parte for representada por advogado, é obrigatória a informação do nome do causídico e seu respectivo número de registro na OAB na pauta da correspondente sessão de julgamento do processo.

17. Ademais, o art. 145, §3º, do Regimento Interno/TCU assevera que: “nos atos processuais, é suficiente a indicação do nome de um dos procuradores, quando a parte houver constituído mais de um ou o constituído substabelecer a outro com reserva de poderes”.

18. No caso em tela, quer no Diário Oficial, quer na comunicação via carta registrada, não houve referência a nenhum dos patronos da empresa. A falta de intimação dos advogados, evidentemente, foi de encontro ao objetivo maior das comunicações dirigidas às partes: possibilitar o amplo exercício do direito de defesa.

19. Inclusive, no âmbito do TCU, o Acórdão nº. 6220/2013, seguindo os precedentes constantes dos Acórdãos 407/2013-Plenário, 2551/2012-2ª Câmara e 5.821/2012-1ª Câmara, firmou posicionamento de que é indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação

20. Ainda conforme o STJ, havendo advogado constituído, tanto em processo judicial quanto administrativo, as intimações devem ser feitas também em seu nome, sob pena de nulidade. É o exemplo do decidido no Recurso Especial 935.004.

21. Assim, a falta de indicação de advogado na publicação do DODF ou, ainda, a ausência de comunicação via correio ao escritório profissional dos patronos, inviabiliza o início da contagem do prazo recursal, o que, por consequência, afasta a ocorrência de intempestividade do recurso.

22. Por fim, ante o princípio da fungibilidade, entendo que o recurso interposto pode ser conhecido como pedido de reexame (art. 47, caput, LC 01/94), vez que a matéria objeto da controvérsia trata de contrato celebrado pelo DF.

23. Assim, lamentando discordar da zelosa Área Técnica, pugna o Ministério Público por que o Plenário conheça do recurso interposto pela empresa Transdata Indústria e Serviços de Automação Ltda., como se pedido de reexame fosse, vez que presentes os requisitos de admissibilidade.

Brasília, 18 de junho de 2015.

Demóstenes Tres Albuquerque
Procurador